

País proporá reescalonamento

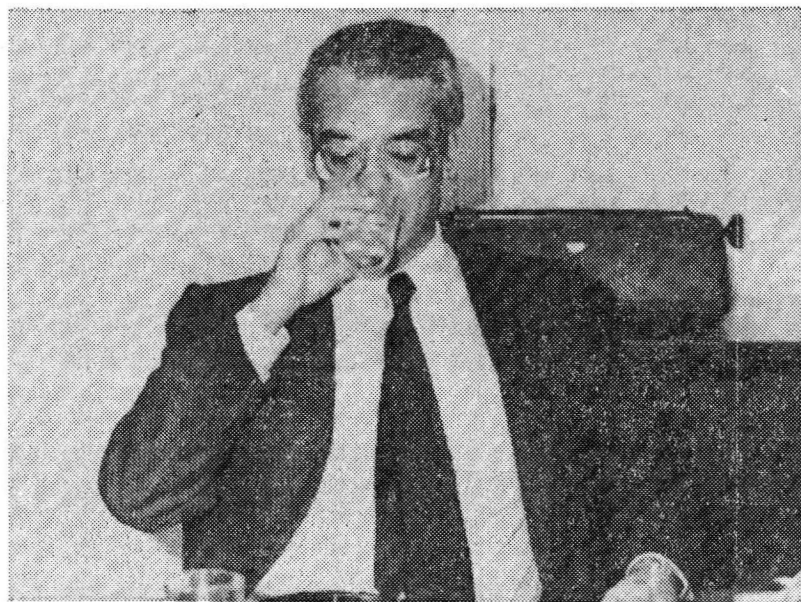
2 * OUT 1990

Perante credores, Brasil tentará demonstrar que a capacidade de pagamento é limitada

JOÃO BORGES

BRASÍLIA — Durante os três dias de reunião com o comitê assessor de bancos em Nova York, a partir do dia 10, o governo brasileiro vai submeter sua proposta de reescalonamento da dívida externa aos credores acompanhada de uma exaustiva exposição sobre o Plano Collor, na qual vai tentar demonstrar as limitações da capacidade de pagamento do País. Ontem, o embaixador extraordinário para a dívida externa, Jório Dauster, disse que, passados esses três dias, haverá uma interrupção das conversações por um prazo ainda não fixado, para que os banqueiros analisem e absorvam a proposta brasileira. Somente depois, numa segunda rodada, é que começam, de fato, as negociações.

—Serão reuniões de grande densidade técnica, para que os bancos entendam a nossa proposta, dentro do conceito de capacidade de pagamento, disse Dauster.



Dauster: Brasil não vai pedir redução do estoque da dívida

O embaixador tem esperanças de que ainda este mês seja deslançado o processo de negociação. Há, segundo ele, o interesse do governo brasileiro de concluir o mais rápido possível um acordo com os credores. Mas esse desejo não significa que vai se tentar um entendimento a qualquer custo. “Precisamos ver as coisas com uma tranquilidade profissional, porque isso não é um Fla x Flu”, ressaltou o embaixador.

CONCEITO

Os pronunciamentos que as autoridades brasileiras fizeram na semana passada nos Estados Unidos, durante a reunião anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), serviram para que o país defendesse o seu conceito de capacidade de pagamento, que vai, segundo Dauster, nortear todas as negociações.

O volume de divisas que o

Brasil vai poder dispendar para o pagamento do serviço da dívida depende da disponibilidade de caixa do Tesouro, de fatores externos, como a crise do Golfo Pérsico, e do acerto que obtiver de cada um dos grupos de credores: FMI, Bird, Bid, Clube de Paris e os próprios bancos privados. “Não vamos mais manipular o câmbio para criar superávits comerciais artificialmente”, disse o negociador da dívida.

Jório Dauster informou que o Brasil não vai pedir ao Clube de Paris — onde são negociadas as dívidas de governo a governo — redução do estoque da dívida. “Pelo menos num primeiro momento isso está descartado”, afirmou o embaixador. Destacou que o objetivo do Brasil nas negociações que devem começar ainda este mês com o Clube de Paris é reescalonar os débitos que vencem nos próximos três anos, da ordem de US\$ 4,5 bilhões, em média. Dauster disse que mesmo a Polônia, que tem uma dívida com o Clube de Paris superior aos débitos com os bancos privados, não conseguiu abatimento da dívida. “Portanto, isso é um tema que ainda precisa amadurecer mais”, afirmou ele.